

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS**

Marco Antonio Quezada Armas

Comparação entre o Regime Próprio de Previdência Social do município
de São Paulo-SP e do Rio de Janeiro-RJ

Osasco

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS.

Marco Antonio Quezada Armas

Comparação entre o Regime Próprio de Previdência Social do município
de São Paulo-SP e do Rio de Janeiro-RJ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentando à Universidade Federal de
São Paulo como requisito para aprovação
no curso de Bacharelado em Ciências
Atuariais.

Orientador: Ms Humberto Gallucci Netto

Osasco

2019

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 Tema e Problemática.....	4
1.2 JUSTIFICATIVA.....	5
1.3 OBJETIVO	5
1.3.1 Objetivo principal.....	5
1.3.2 Objetivo Específico.....	5
1.4 Metodologia da Pesquisa	6
2. SISTEMA DE APOSENTADORIA AO LONGO DO TEMPO.....	7
2.1 História Previdência e Seguro.....	7
2.2 Previdência e seguro social brasileiro	15
3. EQUILÍBRIO ATUARIAL.....	20
3.1 Déficit atuarial	21
3.2 Avaliação Atuarial	23
4. A SPPREV, IPREM e RIOPREVIDÊNCIA.....	26
4.1 SPPREV	26
4.2 IPREM	26
4.3 RIOPREVIDÊNCIA.....	27
4.4 A importância da SPPREV e o IPREM	31
5. AVALIAÇÃO	32
6. Problemas Brasil	35
7. Conclusão	38
BIBLIOGRAFIA:	39

INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problematização

No cenário atual, muito se fala em previdência, que nada mais é do que um seguro social, tal fato se deve ao processo de transição que o Brasil passa, daqui a alguns anos ficará mais claro que nossa população até então maioria sendo composta por pessoas economicamente ativas (PEA) não será mais a grande parte da população, pois a estrutura de nossa pirâmide etária está mudando, recentemente o Brasil deixou de ser considerado um país “jovem” e passou a ser considerado como adulto, devido ao seu envelhecimento populacional ou seja a elevação da média de idade no território nacional. O modelo atual de previdência brasileira é o modelo de Repartição Simples, que é quando os mais novos patrocinam a aposentadoria dos que já não podem contribuir.

As pessoas com mais idade e que não conseguem mais contribuir com os gastos da previdência terão que receber seu benefício em dia por já terem contribuído por muitos anos e isso pode levar a economia brasileira a um caminho sem volta, pois os valores são altos e a dúvida de todos é: Até quando podemos ter recursos o suficiente para pagar a aposentaria das pessoas e manter uma economia saudável e em contínuo crescimento?

Estima-se que o Brasil gasta com a previdência social em torno de 11% do PIB e que apenas 5% é investido na educação. O momento é de encontrar soluções viáveis e modernas que possibilitem o país a continuar cumprindo com seus compromissos e junto a uma economia que consiga ajudar no bem estar da sociedade, um lugar que possa continuar gerando oportunidades para todos.

Neste projeto entraremos no detalhe no RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) que é destinada aos servidores públicos. Por meio de comparações entre dois estados e com levantamento de dados, queremos mapear o que funciona neste regime e também propor ideias que possam complementar e até mesmo apontar falhas no que existe hoje, visando sempre aperfeiçoar nossa previd

1.2 JUSTIFICATIVA

Este estudo foi motivado e se justifica pelo atual cenário da previdência brasileira em geral, o crescente interesse populacional nesse tema e as recentes e necessárias reformas que o atual governo vem fazendo na previdência social a fim garantir o direito de aposentadoria a todos.

1.3 OBJETIVO

1.3.1 Objetivo principal

O objetivo principal desse estudo é analisar a condição em que o Instituto de Previdência do Rio de Janeiro (Rioprevidência) e os institutos de previdência de SP (SPPREV e IPREM) se encontram no atual cenário.

1.3.2 Objetivo Específico

Esta monografia tem como objetivo específico abordar as seguintes situações:

- Estudo bibliográfico para melhor compreensão sobre o tema;
- Analisar através de relatórios técnicos e atuariais obtidos durante o ano de 2016 e 2019 a situação que se encontra o RPPS do RJ e SP.
- Verificar e interpretar os resultados obtidos para transmitir o resultado da pesquisa.

1.4 Metodologia da Pesquisa

Tenho como principal objetivo estudar o Instituto de Previdência do município de São Paulo, o qual representa a forma de aposentadoria de todos os funcionários públicos do município e também para o município do Rio de Janeiro. Isto corresponde a cerca de 229.309 segurados, dentre servidores ativos, inativos e pensionistas. Também foram utilizadas análises de relatórios atuariais de empresas terceirizadas sobre a situação atual do fundo.

Além disso, foi realizada uma análise de relatórios sobre a SPPREV (fundo de previdência do Estado de São Paulo) e a POSTALIS. O objetivo foi obter um comparativo numérico sobre a dimensão destes RPPS's, para colocar ao lado sobre um contexto atual que se encontram a saúde desses fundos previdenciários.

SÃO PAULO

	Ativos	Inativos	Pensionistas	TOTAL
SPPREV	504206	269261	130349	903816
POSTALIS	110782	299718	20657	431157
IPREM	137090	72736	19483	229309

RIO DE JANEIRO

Ativos	Aposentados	Pensionistas
18.604	28	32

2. SISTEMA DE APOSENTADORIA AO LONGO DO TEMPO

Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é um fundo de pensão destinado a servidores e ex-servidores públicos da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), onde o ente federativo é responsável pela sustentabilidade do modelo. Suas normas básicas estão previstas no *artigo 40* da Constituição Federal e na *Lei 9.717/98*, dentre elas, destaca-se o equilíbrio financeiro e atuarial até o último participante falecer.

O RPPS não se encaixa no quesito de previdência complementar, já que nesse caso ele substitui o RGPS durante o período de serviço, e seus participantes não pertencem ao INSS, sendo um regime de filiação obrigatória a servidores públicos. Assim, a inadimplência de um RPPS coloca a subsistência de seu beneficiário em total risco, pois o mesmo não contaria nem com a pensão básica oriunda do RGPS.

2.1 História Previdência e Seguro

De acordo com IBRAHIM, Fábio Zambitte o primeiro regime de Previdência no mundo surgiu na Alemanha em 1884, com o Chanceler Otto Von Bismarck, que instituiu um seguro obrigatório para proteger os trabalhadores nos casos de agravos à saúde, acidentes de trabalho, invalidez e envelhecimento. Custeado por contribuições dos empregados, empregadores e do Estado. Todos os trabalhadores deveriam se filiar às sociedades seguradoras ou às entidades de socorro mútuo. A partir de então, o sistema previdenciário se tornou obrigatório em todas as fábricas e a experiência alemã se estendeu para a maioria dos países.

No continente europeu, o sistema previdenciário foi criado após a 2ª Guerra Mundial, sendo moldado para atingir as necessidades daquela época. Com a alteração do quadro demográfico e o envelhecimento da população, a manutenção se tornou cara demais para aqueles países que, hoje, apresentam dois trabalhadores na ativa para cada pensionista, segundo a OCDE. Por este motivo, a Europa já estuda possíveis reformas em seu sistema previdenciário. Países que passaram por grandes mudanças em seu sistema previdenciário recentemente foram: Alemanha, França, Grécia, Japão e a Suécia.

A Alemanha, com expectativa de vida de 80anos (em 2014), passou por uma mudança nos anos 90 que convergiu a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres. Em 2007, aumentou a idade mínima para se aposentar de 65 anos até 67 anos em 2029.

Até hoje o sistema alemão adota o modelo de repartição, o sistema previdenciário público recebe contribuições de empregados e empregadores, cada classe contribui com o mesmo valor, que juntas equivalem a 18,7% do salário bruto.

Além do sistema público existem outros dois sistemas complementares, de planos privados mantidos pelas empresas para seus empregados e planos privados individuais. De acordo com o estudo de Sergio Ferreira¹, a Alemanha também possui alta taxa de reposição (cerca de 72%) e regras benevolentes para a concessão de benefícios.

A França, com expectativa de vida de 82 anos (em 2014), passou por mudanças recentes em seu sistema previdenciário ainda nessa década. Em 2010, a idade mínima para se aposentar subiu de 60 para 62 anos e a idade para receber o benefício integral de 65 para 67 anos. Em 2013, o tempo de contribuição passou a aumentar gradativamente até atingir 43 anos em 2035.

O sistema francês também funciona no sistema de repartição, com contribuições compulsórias do empregado (6,75% do salário de benefício) e do empregador 8,4% sobre o salário de benefício e mais 1,6% sobre o restante do salário. O sistema possui uma alta taxa de reposição, o valor do benefício é cerca de 70% do salário.

Os motivos para reformar a previdência francesa são semelhantes aos encontrados no Brasil hoje. Em 2010 o rombo na previdência francesa era cerca de 32 bilhões de euros, segundo a Reuters, e era projetado um aumento no déficit de 20 bilhões de euros para 2020 se reformas não fossem feitas naquele momento.

¹ http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq11_Cap04Sistemasprevidencia__21.pdf

A Grécia, com expectativa de vida de 81 anos (2014), iniciou as reformas previdenciárias em 2010. Estabeleceu, em 2012, a idade mínima e convergência de homens e mulheres para 67 anos com 40 anos de contribuição para obter o benefício integral.

Antes da reforma, um benefício mínimo era garantido a todos que contribuíssem por 15 anos, como acontece hoje no Brasil, a idade mínima de aposentadoria era de 58 anos com 35 anos de contribuição.

Com cerca de 20% da população acima dos 65 anos, os gregos gastavam 14,6% do PIB em previdência, acima da média dos países da OCDE de 9,0% do PIB

Tabela OCDE:

Projeções do gasto público com pensões em relação (%) ao PIB

País membro da OCDE	2010 – 2015	2050
Austrália	2,9	2,7
Áustria	13,9	14,6
Bélgica	11,8	15,0
Canadá	4,9	6,3
Chile	5,5	3,8
República Tcheca	9,0	9,6
Dinamarca	10,3	7,5
Estônia	7,6	6,7
Finlândia	12,9	12,8
França	14,9	12,8
Alemanha	10,0	12,5
Grécia	16,2	14,4
Hungria	11,5	10,7
Islândia	3,3	3,5
Irlanda	7,4	10,0
Itália	15,7	14,8
Japão	11,2	Não Disponível
Coréia do Sul	1,7	12,5
Luxemburgo	9,4	12,5
México	1,5	1,3
Holanda	6,9	8,1
Nova Zelândia	5,5	7,3
Noruega	9,9	11,6
Polônia	11,3	10,4

Portugal	13,8	14,4
Eslováquia	8,1	9,1
Eslovênia	11,8	15,6
Espanha	11,8	12,3
Suécia	8,9	7,2
Suíça	9,6	10,7
Turquia	6,3	17,0
Grã Bretanha	7,7	8,1
Estados Unidos	4,9	6,1
Média da OECD	9,0	10,1
Outros Países importantes		
Argentina	7,4	11,9
Brasil	9,1	16,8
China	3,4	9,2
Índia	1,0	0,7
Indonésia	0,7	1,6
Rússia	8,1	14,9
Arábia Saudita	2,2	8,1
África do Sul	1,9	3,5
União Europeia (28)	11,3	11,4

Fonte: OECD: *Pensions at a Glance 2015 OECD and G20 indicators, published and updated 2016.*

O caso do Japão é um pouco diferente, existem dois sistemas em paralelo: pensão básica e pensão do empregado. Com uma expectativa de vida em 83 anos (2016), o sistema básico passou por alterações na década de 90, onde se passou a exigir no mínimo 65 anos para usufruir o benefício básico e houve alteração na base de cálculo do mesmo.

Nos anos 2000, outra reforma estabeleceu um aumento gradual de idade mínima para se aposentar de 60 para 65 anos, ocorrendo entre os anos de 2013 e 2025, e redução de 5% do valor do benefício para pensão do empregado. Todavia, em 2016, contrariando a tendência mundial, o governo japonês reduziu o tempo mínimo de contribuição de 25 para 10 anos, em ambos os sistemas, beneficiando 600 mil idosos que não conseguiram cumprir os 25 anos de contribuição.

O Japão gasta 10.2% do PIB com a previdência e sua população possui 26.4% dos que já passaram dos 65 anos.

Na Suécia, onde a expectativa de vida é de 81 anos, seu Regime Geral passou por reformas na década de 90, onde o gasto com a seguridade social chegava em torno

de 29% dos gastos com o PIB. Tornou-se mais rígida a forma de cálculo do benefício, aplicando-o a cada contribuinte.

Foram criadas contas individuais nocionais para cada contribuinte, essas contas imitam a estrutura de um esquema de capitalização, mas ainda assim o sistema se mantém no estilo pay-as-you-go, como no Brasil, segundo Ferreira.

Para Ferreira o sistema sueco possui algumas vantagens sobre os sistemas de repartição tradicionais, bem como de sistemas de capitalização.

Os ajustes dos benefícios são feitos automaticamente, a partir de dados estruturais da economia e da população, existindo uma ligação maior entre contribuição e benefício do que em regimes de repartição clássicos. O cálculo do benefício baseia-se tanto nas contribuições feitas, quanto em dados da economia, evitando distorções, os recursos ficam protegidos das flutuações de mercado existentes em sistemas de capitalização clássicos, a taxa de administração do sistema sueco é menor do que em um sistema de capitalização tradicional, justamente porque as contas e a taxa de juros são apenas nocionais.

Nos dias atuais, a Suécia, segundo a OCDE, gasta 7.4% do PIB em benefícios previdenciários e 20% da população possui mais de 65 anos de idades.

No Reino Unido, com base no Relatório Beveridge, (*Report on Social Insurance and Allied Services*) de 1942 (William Henry Beveridge, 1879-1963), o governo inglês apresentou uma proposta de reforma da Previdência Social, implantando-a no ano de 1946, o plano Beveridge se baseava em uma proteção duradoura, Seguridade social do berço ao túmulo (*Social security from the cradle to the grave*).

Nos Estados Unidos, a grande depressão, decorrente do Crash de 1929, gerou o desenvolvimento da SSA Social Security Act, de 14 de agosto de 1935.

O Canadá passou por uma grande mudança nos anos 90 devido à incerteza com relação à sustentabilidade do Plano de Aposentadorias Canadense, instituído em 1966. Continuou existindo e acabou alcançando uma relevância significativa até o governo Canadense realizar mudanças no ano de 1998, aumentando a taxa de contribuição do Plano de Aposentadorias Canadense. Sendo criado um Conselho de Investimento do Plano de Aposentadorias Canadense para gerenciar os recursos

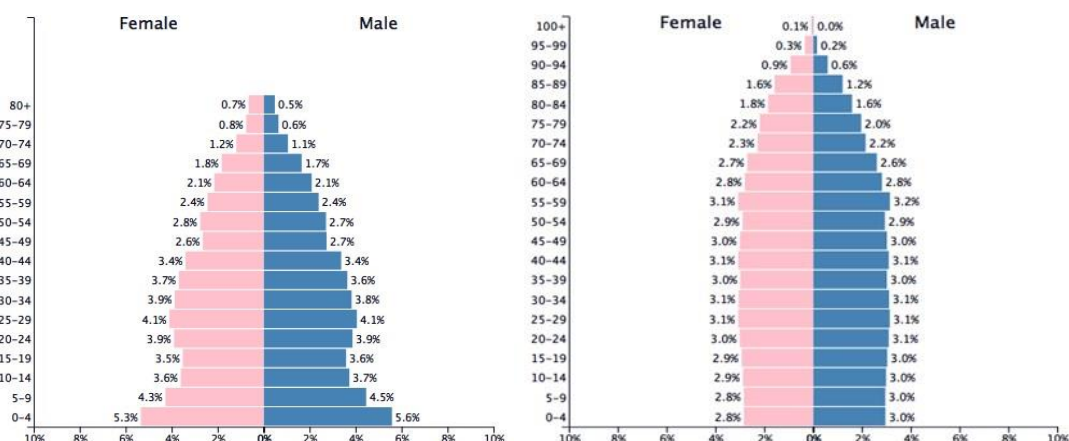
necessários para os pagamentos de benefícios futuros promovendo uma mudança na administração e no cálculo dos benefícios, estas mudanças fizeram com que esse plano passasse a ter uma base financeira mais sólida.

Atualmente o Canadá possui dois planos de previdência distintos: o Plano de Aposentadoria Canadense (CPP) e o Plano de Aposentadoria de Quebec (QPP). Para ser beneficiário da aposentadoria por idade, o requerente deve ter 65 anos ou mais, ser cidadão canadense ou ter residência legal no Canadá, e 10 anos de residência no país após completar 18 anos.

As mudanças nas quais esses países passaram e estão passando em suas estruturas previdenciárias decorrem da explosão populacional que tiveram em suas respectivas “revoluções industriais”, do crescimento da longevidade da população e da diminuição do índice de fertilidade ao longo do tempo.

Como apresentado nos gráficos a seguir de 1950 e 2050.

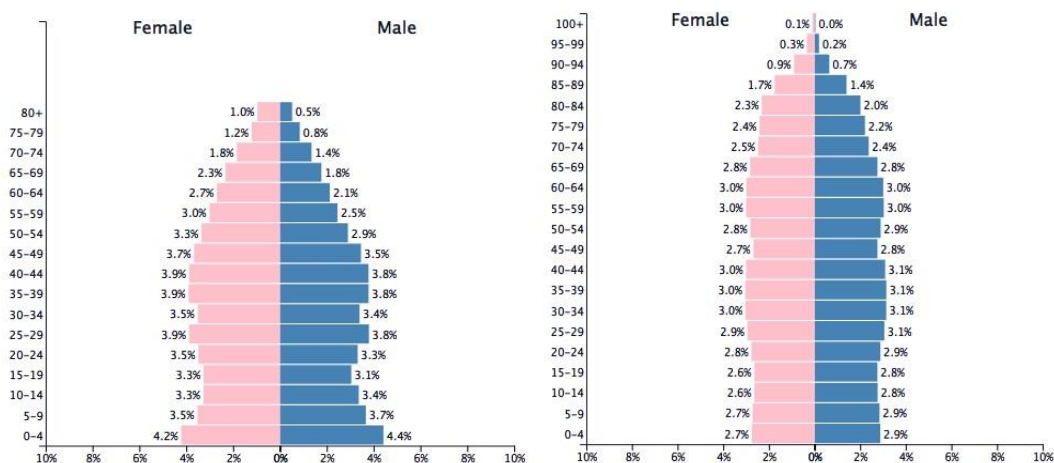
Estados Unidos:



<http://www.populationpyramid.net/united-states-of-america/1950/>

<http://www.populationpyramid.net/united-states-of-america/2050/>

Reino Unido:



<http://www.populationpyramid.net/united-kingdom/1950/>

<http://www.populationpyramid.net/united-kingdom/2050/>

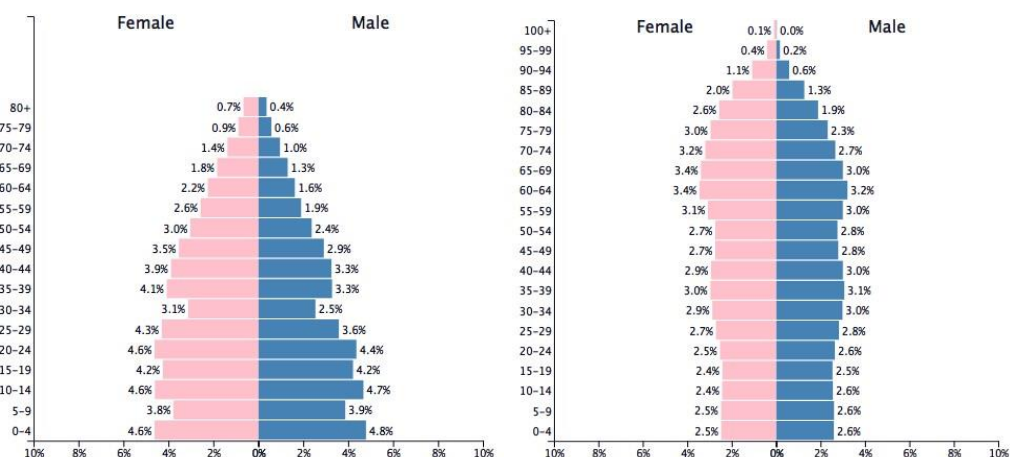
Canadá:



<http://www.populationpyramid.net/canada/1950/>

<http://www.populationpyramid.net/canada/2050/>

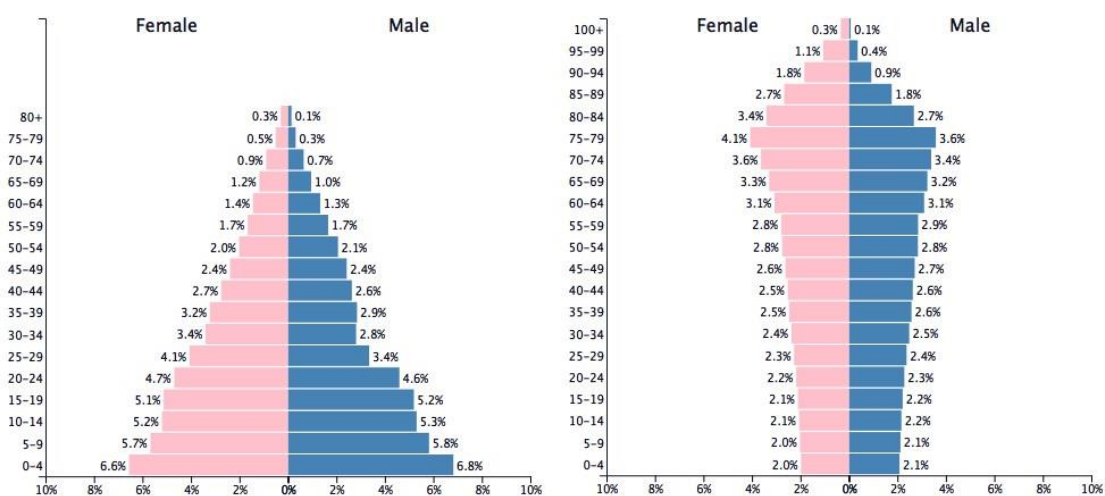
Europa:



<http://www.populationpyramid.net/europe/1950/>

<http://www.populationpyramid.net/europe/2050/>

Japão:



<http://www.populationpyramid.net/japan/1950/>

<http://www.populationpyramid.net/japan/2050/>

2.2 Previdência e Seguro Social brasileiro

A proteção ao trabalhador cresceu de forma semelhante ao globo. Primeiro foi privada e depois voluntária, passou para a formação dos primeiros planos mutualistas e, posteriormente, para a intervenção mais ativa do estado.

Para *IBRAHIM, Fábio Zambitte* no ano de 1795 foi criado o Plano de Benefícios dos órfãos e viúvas dos oficiais da Marinha, sendo reconhecido por historiadores como a primeira ideia de pensão por morte na lei brasileira, na medida em que tinha por objetivo proteger os citados dependentes dos oficiais da Marinha contra o risco social e econômico de morte.

Em 1808, com a chegada da coroa portuguesa no Brasil, estabeleceu-se o montepio para a guarda pessoal de Dom João VI.

No ano de 1821, no dia 1º de outubro, D. Pedro de Alcântara publicou decreto concedendo o direito à aposentadoria aos mestres e professores que completassem 30 anos de serviço e assegurou um abono de 25% dos ganhos para aqueles que continuassem trabalhando depois de completarem o tempo para aposentadoria.

(MARTINS, 2010) Em 1835, o Montepio Geral dos Servidores do Estado “Mongeral” e previa um sistema mutualista de cobertura de riscos. Esse Montepio foi a primeira entidade de previdência privada a funcionar no país.

Na vigência da Constituição Imperial, ainda, merecem destaque: a) o Código Comercial (1850), que previa o direito de manutenção do salário por três meses na hipótese de acidente imprevisto e inculcado; b) o Regulamento nº 737 (1850), que igualmente garantia aos empregados acidentados os salários por até três meses; c) o Decreto nº 2.711 (1860), que regulamentava o custeio dos montepios e das sociedades de socorros mútuos; d) o Decreto nº 9.912-A (1888) e nº 9.212 (1889), que, respectivamente, concedeu aos empregados dos Correios o direito à aposentadoria, ao conjugarem 60 anos de idade e 30 anos de serviço e criou o montepio obrigatório para os empregados dos Correios; e) o Decreto nº 221 (1890), que instituiu o direito à aposentadoria para os empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Já no século XX, durante os anos 20, a criação da lei Eloy Chaves foi um marco na história dos fundos de pensões brasileiros e na seguridade social do Brasil, criando caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários. O custeio dessas caixas era previsto na Constituição de 1891, através de uma contribuição mensal dos empregados, correspondente a 3% dos respectivos vencimentos, uma única contribuição anual da empresa, correspondente a 1% da renda bruta, uma contribuição de 1,5% sobre o aumento das tarifas nas estradas de ferro e os juros dos fundos acumulados².

Mais do que aposentadoria por invalidez, a Lei Eloy Chaves previa, no seu artigo 12, a aposentadoria ordinária nas seguintes situações:

“ Art. 12. A aposentadoria ordinaria de que trata o artigo antecedente compete:

- a) integral, ao empregado ou operário que tenha prestado, pelo menos, 30 anos de serviço e tenha 50 anos de idade;
- b) com 25% de redução, ao empregado ou operário que, tendo prestado 30 anos de serviço, tenha menos de 50 anos de idade;
- c) com tantos trinta avos quanto forem os anos de serviço, até o máximo de 30 (trinta), ao empregado ou operário que, tendo 60 ou mais anos de idade, tenha prestado 25 ou mais, até 30 anos de serviço. ” (DECRETO Nº 4.682, DE 24 DE JANEIRO DE 1923.)

A lei Eloy Chaves em seu artigo 9º garantia a pensão por morte para dependentes dos segurados, sendo descontinuado da pensão, para a viúva, o viúvo ou pais quando contraíam matrimônio novamente, para os filhos ao completarem 18 anos, para as filhas ou irmãs solteiras até se casarem, e para todos no caso de vida desonesta ou vagabundagem.

Com o tempo, outras categorias trabalhistas mobilizaram-se para buscar pelos mesmos direitos que os ferroviários, gerando uma extensão dessa lei a cobrir novos ofícios. A lei 5.109 de 1926 estendeu tais direitos aos trabalhadores portuários e

² Brasil. Decreto nº 4.682, de 24 de Janeiro de 1923. <http://www.camara.leg.br>

marítimos, a lei 5.485 de 1928 aos prestadores de serviços telegráficos e radiotelegráficos.

Durante o governo de Getúlio Vargas, nos anos 30 houve a reformulação dos regimes previdenciários e trabalhistas, que passaram a ter uma nova organização com a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos, decreto 22.872 de 1933. Durante esse mesmo ano a unificação das caixas em institutos ampliou o controle do Estado sobre os mesmos, consolidando o controle estatal na área, subordinados diretamente ao Ministério do Trabalho³.

² IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. 15ª ed. Rio de Janeiro

No ano seguinte, em 1934, a Constituição Federal estabeleceu o custeio da previdência tripartido, junto a contribuição do empregado, do empregador e Estado.

Durante o governo militar, em 1966 foi criado o Instituto Nacional Previdência Social (INPS), uma autarquia integrante indireta da União.

E mais recentemente, nossa atual Constituição de 1988, inspirada no “Bem-estar social” (*Welfare State*), trouxe em seu texto partes dedicadas à Seguridade Social, divididos entre Previdência Social, Assistência Social e Saúde. No começo, isso seria realizado pela custódia de contribuições sociais do empregador, dos trabalhadores e sobre as receitas de concursos de prognósticos (loteria). Passar do tempo, emendas constitucionais conseguiram especificar melhor o custeio da previdência, hoje sendo:

“Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

c) o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) ” (Constituição Federal, 1998).

No ano de 1990, foi reclamada a mudança da legislação ordinária anterior, assim sendo criado o Instituto Nacional Seguro Social que passou a ter o controle da previdência, previsto pela lei 8.029; a criação do Sistema Único de Saúde pela lei 8.080; e em 1999 o Regulamento da Previdência Social pelo decreto-lei 3.048.

O país desenvolveu um modelo único de Previdência Social, que mantém três pilares: o primeiro formado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para os trabalhadores do setor privado; o segundo pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), para servidores públicos da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios); em ambos o Estado é responsável pela sustentabilidade do modelo e suas normas básicas estão previstas no *artigo 40* da Constituição Federal e na *Lei 9.717/98*. O terceiro pilar é o da Previdência Complementar, que permite aos trabalhadores incrementarem seus benefícios.

A previdência complementar no Brasil, também conhecida como

previdência privada, surgiu para assegurar ao trabalhador o recebimento de um recurso adicional, sendo assim um mecanismo que permite ao trabalhador, facultativamente, acumular reservas para que no futuro, possa desfrutar de uma complementação na sua aposentadoria básica, proporcionando uma qualidade de vida melhor. Além disso, esse benefício poderá possibilitar cobertura em casos de morte ou invalidez.

A complementar é dividida em duas categorias EFPC e EAPC.

As EFPC's, ou também chamadas de fundos de pensão, são entidades sem fins lucrativos e se organizam sob a forma de fundação ou sociedade civil. Constituídas para empregados de uma empresa ou grupo de empresas, aos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como para associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.

As EAPC's são entidades com fins lucrativos, constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas. Elas têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário, concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas interessadas.

Ambas as instituições só disponibilizam dois tipos de planos de previdência privada existentes no mercado, o VGBL e o PGBL.

VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) e PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) são planos por sobrevivência (de seguro de pessoas e de previdência complementar aberta, respectivamente) que, após um período de acumulação de recursos (período de diferimento), proporcionam aos investidores (segurados e participantes) uma renda mensal - que poderá ser vitalícia ou por período determinado - ou um pagamento único. O primeiro (VGBL) é classificado como seguro de pessoa, enquanto o segundo (PGBL) é um plano de previdência complementar.

A principal diferença entre os dois reside no tratamento tributário dispensado a um e outro. Em ambos os casos, o imposto de renda incide apenas no momento do resgate ou recebimento da renda. Entretanto, enquanto no VGBL o imposto de renda incide

apenas sobre os rendimentos, no PGDL o imposto incide sobre o valor total a ser resgatado ou recebido sob a forma de renda.

3. EQUILÍBRIO ATUARIAL.

No Brasil existem 2.093 entes federados, todos com seus RPPS, sendo sua distribuição, União, os 26 Estados, o Distrito Federal e mais 2.065 Municípios.

Nem todos os 5.569 Municípios instituíram um Regime próprio e nem são obrigados a fazer, uma vez que administrar um RPPS é complexo, e que envolve decisões muito assertivas, demandando pessoal altamente capacitado e, caso for mal gerido, um RPPS pode se tornar um enorme problema para as finanças públicas.

Além do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, os Tribunais de Contas e o Ministério Público de Contas também possuem competência para fiscalizar os RPPS, dada a necessidade de prestação de contas imposta pelo parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal³

Um dos princípios fundamentais de estruturação e organização dos RPPS é a obrigação da continuidade do equilíbrio financeiro e atuarial, conforme exigência do art. 40 da Constituição Federal, do art. 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 1º da Lei 9.717/1998 (conhecida como Lei Geral da Previdência no Serviço Público).

Equilíbrio financeiro é a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro. Equilíbrio atuarial, por sua vez, é a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo. Em suma, cada RPPS deve garantir que os recursos captados sejam suficientes para pagar os benefícios tanto no curto quanto no longo prazo.

³ Conforme art. 9º da Lei 9.717/1998, incumbe à União, por meio do MTPS, a orientação, a supervisão e o acompanhamento dos RPPS. Não custa lembrar que compete à União legislar sobre normas gerais de previdência social (art. 24, inc. XII da Constituição Federal).

3.1 Déficit atuarial

O déficit atuarial ou passivo atuarial é definido por Gushiken (2002) como o período de utilização antes da data de filiação do segurado, onde algumas contribuições não serão retornadas, já que se referem a um período passado.

É chamado de serviço passado ou passivo atuarial inicial, o somatório de contribuições não vertidas e relativas ao tempo passado. Devido ao elevado montante que representam, devem ser pagas em prazo longo, através das, assim denominadas, contribuições especiais ou suplementares. Os servidores ativos devem pagar a mais para que esse montante seja compensado futuramente e o déficit seja extinto.

De acordo com Figueiredo (2002), a grande preocupação dos gestores públicos tem origem nos altos déficits atuariais dos regimes próprios de previdência, sem o acúmulo de recursos suficientes para pagamento dos benefícios nos termos da Constituição Federal.

O déficit atuarial ocorre em um regime de previdência sempre que as despesas atuais somadas às despesas projetadas para o futuro são maiores do que as receitas atuais e as projetadas para o mesmo período, ou seja, o fundo pode estar em déficit corrente momentaneamente, mas não necessariamente em déficit atuarial.

As causas mais comuns para a existência de déficit atuarial nos regimes de previdência são:

- I) O uso dos recursos previdenciários para fins diferentes daqueles que se propõem;
- II) A constituição do regime sem uma fonte de arrecadação que garanta a sustentação financeira dos benefícios prometidos;
- III) A elaboração de avaliação atuarial alimentada por fonte de dados insuficientes para demonstrar a realidade da população segurada;
- IV) E a utilização de tábuas atuariais desatualizadas. Observados tais itens, o problema pode ser classificado de duas formas:

- Déficit estrutural.

O desequilíbrio estrutural, no que diz respeito ao passivo, acontece quando algumas das informações utilizadas para fins de estimativas, denominadas de premissas e hipóteses atuariais não refletem com o adequado nível de precisão a realidade do plano de benefícios, seja por obsolescência da tábua de sobrevivência, ou quando o cadastro dos participantes não condiz com as características da massa (informações desatualizadas sobre data de nascimento do participante, dados pessoais dos dependentes, salários reais, entre outros dados dos integrantes do plano), ou quando não há observância do plano de custeio proposto.

- Déficit Conjuntural.

O desequilíbrio conjuntural advém do comportamento macroeconômico e dos mercados, que influenciam o portfólio de ativos, o que pode gerar retornos insuficientes para manter o equilíbrio dos planos de benefícios nos momentos adversos.

A avaliação do fundo de pensão sempre considera a expectativa de crescimento do passivo. Para minimizar esses efeitos sazonais, o fundo deve revisar anualmente as Políticas de Investimentos dos planos, buscando adequá-las também aos movimentos de curto prazo da economia.

3.2 Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial de sistemas previdenciários consiste no confronto entre os compromissos assumidos junto a seus dependentes e os recursos necessários à garantia desses compromissos. Esses compromissos são os benefícios assegurados

no contrato firmado entre as partes, o regulamento entre a administração do regime e seus contribuintes.

De acordo com Rodarte (2005), a avaliação atuarial pode ser definida como a constatação do equilíbrio do sistema por meio da seguinte função oriunda da matemática atuarial, equação Euleriana de Equilíbrio:

$$VACF = VABF$$

$$\text{Receita Provável} = \text{Despesa Provável}$$

Onde:

- ✦ VACF: Valor Atual provável das Contribuições Futuras
- ✦ VABF: Valor Atual provável das Benefícios Futuros

Para que instituições de previdência apresentem condições de honrar seus compromissos a longo prazo, é imprescindível que estatísticos e atuários determinem o valor presente de reservas de capital que a entidade deve dispor para estar em condições de pagar os benefícios aos participantes do regime de previdência. Tal preocupação é relevante principalmente para fundos previdenciários vinculados a RPPS que deverão cobrir não uma previdência de caráter complementar, mas sim suportar um regime de benefícios sem contar com o financiamento parcial do Regime Geral de Previdência Social – RGPS do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

O cálculo das Reservas Técnicas consiste em descontar a valor presente dos fluxos de recursos que deverão ocorrer no futuro segundo projeções estatísticas, isto é, os prováveis montantes de benefícios que serão pagos futuramente. Deste modo, as variáveis relacionadas a este cálculo são:

- ✦ A data do início do pagamento dos benefícios e o intervalo de tempo de continuidade deste fluxo de pagamentos;
- ✦ A taxa de desconto utilizada na valorização dos montantes no momento atual.

Assim, são descontados os fluxos futuros de entrada e de saída de caixa, estimados a uma determinada taxa, mensurados seus valores em termos atuais.

Estes valores são totalizados e o resultado obtido é comparado ao valor atual que o regime de previdência acumulou em seu fundo por meio das reservas até o momento da avaliação da condição de equilíbrio. Por um lado, o plano estará em equilíbrio caso o valor das reservas acumuladas no fundo seja igual ou superior ao valor dos fluxos futuros trazidos a valor presente. Por outro lado, estará em uma situação de desequilíbrio atuarial ou déficit atuarial se o valor acumulado for menor do que os fluxos futuros a valor presente, o que demonstra uma insuficiência de recursos para pagamento dos benefícios.

Para realizar esta avaliação, estima-se a data de ocorrência da aposentadoria do servidor público, ou seja, a data de concessão do benefício e o tempo de continuidade do fluxo, definido pela expectativa de vida do indivíduo após a aposentadoria, os quais irão depender da tábua biométrica utilizada.

O parecer atuarial que acompanha obrigatoriamente as demonstrações financeiras de uma entidade previdenciária deve atestar o equilíbrio ou desequilíbrio do regime.

Segundo MPS (2005)⁴, a meta atuarial trata-se da taxa mínima de retorno exigida dos investimentos para que o fundo previdenciário não implique em um resultado de retorno negativo, o que acarreta em uma perda de recursos.

⁴ * O MPS 2005, foi o reajuste anunciado pelo governo na época dos benefícios da previdência social corrigidos a "Art. 1º Os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados, a partir de 1º de maio de 2005, em seis inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento."

Esta perda ocorre do não recebimento da taxa mínima de capitalização utilizada para o cálculo do equilíbrio atuarial em uma avaliação. No caso de fundos previdenciários, a meta estimulada é de 6% (seis por cento) de retorno real, o que resulta na taxa composta desse retorno real mais um índice de inflação em capitalização composta, ou seja:

$$I = (1 + 0,06)(1 + \pi)$$

Onde:

- I : é a meta atuarial;
- π : é a taxa de inflação utilizada.

Assim, um fundo previdenciário apresenta-se em conformidade com a exigência legal se os investimentos demonstram em seu conjunto uma rentabilidade superior ao mínimo atuarial exigido ($\text{INPC}^5 + 6\% \text{ a.a.}$), o que consiste em uma situação benéfica ao plano de benefícios. Isto decorre do fato de que tal resultado permite a constituição de reservas de contingência, além de possibilitar a redução dos níveis atuais de contribuição ao regime.

Tanto o INPC quando o IPCA podem ser utilizados na fórmula, essa duplicidade dos índices é devida a característica da população objetivo de determinada região e regime de previdência, onde a abrangência do INPC se limita a famílias com até 5

⁵ O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) é medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde setembro de 1979. Ele é obtido a partir dos Índices de Preços ao Consumidor regionais e tem como objetivo oferecer a variação dos preços no mercado varejista, mostrando, assim, o aumento do custo de vida da população.

salários mínimos e o IPCA vai além, com famílias que possuem renda de até 40 salários mínimos mensais.

4. A SPPREV e o IPREM

4.1 SPPREV

A SPPREV passou a existir em 1º de junho de 2007, promulgada pela Lei Complementar nº 1.010 que criou a São Paulo Previdência – SPPREV, como unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e do Regime Próprio de Previdência Militar (RPPM). De acordo com a referida legislação, a autarquia possui autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos.

A SPPREV é responsável por administrar a folha de pagamento das pensões e aposentadorias da administração direta e indireta do Estado de São Paulo, bem como da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, das universidades, do poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Atualmente, é responsável pela gestão das aposentadorias da administração direta e das pensões de todos os poderes, órgãos e entidades paulistas.

Dados referentes a **2013**:

Ativos	Inativos	Pensionistas
504.206	269.261	130.349

4.2 IPREM

O Instituto de Previdência Municipal de São Paulo, instituição pioneira no Brasil dedicada para funcionários de cidades, foi fundado em 11 de setembro de 1909, na gestão do primeiro prefeito da cidade, Antônio da Silva Prado (Lei nº 1.236). Nesta época, o Instituto chamava-se Montepio Municipal de São Paulo e atendia apenas algumas categorias de servidores municipais. No início do século XX o Instituto possuía apenas 140 contribuintes e somente algumas categorias de trabalhadores eram atendidas pelo Montepio.

Até 2005, o IPREM geriu somente as pensões, mas após a publicação da Lei 13.973 de 2005, passou a ser o único órgão gestor de previdência municipal, englobando, desta forma, também as aposentadorias de todos os servidores titulares de cargos efetivos vinculados ao Regime Próprio.

Atualmente, o IPREM é responsável pela análise e concessão de pensões por morte de servidores públicos do município de São Paulo e pelo pagamento das aposentadorias dos órgãos da administração pública municipal.

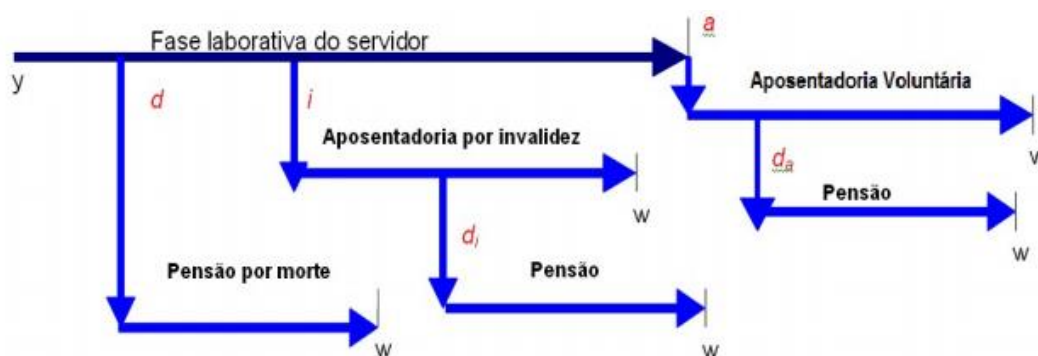
Por enquanto, ele realiza a concessão de aposentadorias da Câmara Municipal de São Paulo e do próprio IPREM e, se prepara para assumir a concessão da totalidade das aposentadorias dos servidores públicos municipais, a fim de cumprir a Lei municipal 13.973/2005.

Dados referentes a **2016**:

Ativos	Inativos	Pensionistas
137.090	72.736	19.483

4.3 RIOPREVIDÊNCIA

No Rio de Janeiro 74 municípios possuem RPPS, 14 municípios estão vinculados ao RGPS e 3 municípios em processo de extinção.



Lembrando:

- y: ingresso no RPPS;
- d: a morte do servidor ativo;
- i: entrada em invalidez do servidor ativo;
- di: a morte do aposentado por invalidez;
- a: idade de elegibilidade do servidor ativo ao benefício de Aposentadoria Voluntária e Compulsória;
- da: morte do aposentado voluntário ou compulsório; e
- w: extinção do benefício.

Atualmente no Rio de Janeiro o perfil da população analisada, está distribuída da seguinte forma:

Ativos	Aposentados	Pensionistas
18.604	28	32

O gráfico a seguir demonstra a evolução da população de servidores aposentados e pensionistas do estado do Rio de Janeiro vinculada ao fundo previdenciário prevista para as próximas décadas.



Abaixo também podemos ver a despesa com pessoal por segmento:

Discriminação	Folha Mensal	Quantidade	Remuneração Média
Servidores Ativos	R\$ 57.384.685,30	18.604	R\$ 3.084,53
Servidores Aposentados	R\$ 53.458,84	28	R\$ 1.909,24
Pensionistas	R\$ 102.733,83	32	R\$ 3.210,43
Total	R\$ 57.540.877,97	18.664	R\$ 3.082,99

Obs.: A despesa apresentada representa apenas os gastos com remuneração e proventos de servidores.

Considerando as informações do quadro podemos perceber que a despesa atual com pagamento de benefícios previdenciários do RJ representa 0,27 do total de gastos com pessoal e 0,27% da folha de pagamento dos servidores ativos. Para o custeio do Plano Previdenciário, o Estado do Rio de Janeiro e os segurados, efetuam contribuições mensais dos servidores ativos: 14,00% calculados sobre a remuneração de contribuição, contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: não contribuem para este Fundo, contribuições mensais dos aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes: não contribuem para este Fundo e contribuições mensais do Estado: 22,00% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Gráfico 4: Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Etária - Fundo Previdenciário

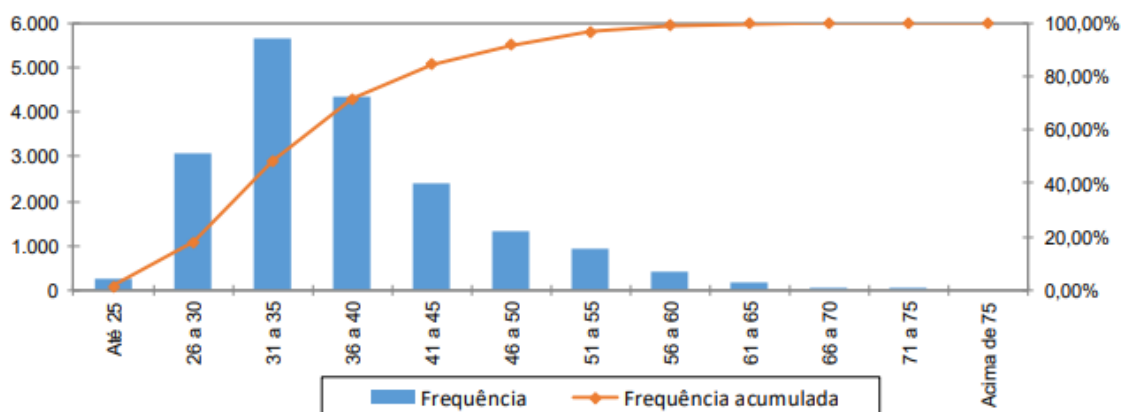
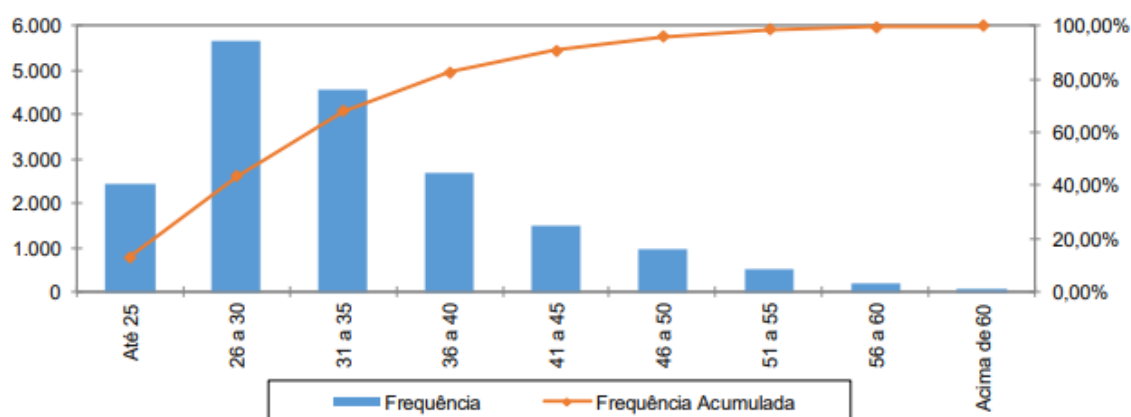


Gráfico 5: Distribuição dos Servidores Ativos por Idade de Admissão - Fundo Previdenciário



A menor e a maior idade de admissão registrada no serviço público do Estado do Rio de Janeiro foram aos 18 e aos 70 anos, respectivamente, sendo que 68,11% do grupo foram admitidos até os 35 anos de idade. Vale a pena ressaltar que o Rioprevidência é o primeiro órgão previdenciário do Brasil a obter o selo Pró-Gestão. O certificado do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, eleva a boa gestão junto à Secretaria de Previdência Social-SPS e posiciona o Fundo como referência em administração para os demais RPPS do país. A certificação pelo Pró-Gestão confirma o padrão de qualidade e as normas técnicas da instituição, atesta a qualidade em gerenciamento de crise mesmo diante da situação difícil que o Estado se encontra e faz com que o Rioprevidência esteja mais motivado a manter a certificação e/ou alcançar um nível acima, almejando chegar às certificações mais exigentes e qualitativas. Para que todos os padrões e normas técnicas fossem alinhados às exigências do órgão certificador foi realizado um trabalho com muita dedicação e empenho dos servidores das áreas de Auditoria Interna, benefícios, Chefia de Gabinete, Direção, Governança, entre outros. Para o importante mérito, a Autarquia cumpriu todas as exigências do Nível II, passando a ser o primeiro RPPS do Brasil e referência nacional em Práticas adequadas de gestão previdenciária relativas a Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

4.4 A importância da SPPREV e o IPREM

O número total de previdências fechadas no Brasil é de 317 segundo a PREVIC, enquanto o número de RPPS é de 2093 (CADPREV- 2016), totalizando 2409 regimes previdenciários.

Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU) em uma avaliação realizada no ano de 2016, dentre os 2089 Regimes Próprios de Previdência Complementar avaliados, haviam 7,6 milhões de segurados, entre estes 5,1 milhões de servidores ativos, 1,9 milhão de aposentados e 623 mil pensionistas.

A São Paulo Previdência – SPPREV é responsável por 903.816 segurados, dentre eles 504.206 servidores ativos, 269.261 inativos e 130.349 pensionistas, totalizando aproximadamente 12% do total nacional de funcionários públicos segurados; 9,88% dos servidores ativos; 14,17% dos aposentados e 20,92% pensionistas. (Dados referentes a 2013).

O Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM é responsável por 229.309 segurados, dentre eles 137.090 servidores ativos, 72.736 inativos e 19.483 pensionistas. Isto equivale a cerca de 3,02% do total nacional de segurados; 2,68% dos servidores ativos; 3,82% dos aposentados e 3,12% dos pensionistas. (Dados referentes a 2016)

Comparados com o maior fundo de previdência fechado do país, em números de participantes, a POSTALIS, a SPPREV é mais que o dobro do tamanho e o IPREM corresponde a aproximadamente 53,18% do total de participantes.

	Ativos	Inativos	Pensionistas	TOTAL
SPPREV	504206	269261	130349	903816
POSTALIS	110782	299718	20657	431157
IPREM	137090	72736	19483	229309

Para a SPPREV, o número de participantes ativos é aproximadamente 4,5 vezes o número da POSTALIS, em participantes inativos a cerca de 89,83% e em números de pensionistas é aproximadamente 6,3 vezes maior.

É interessante ressaltar a diferença percentual do número de participantes ativos e assistidos pelo plano.

Na SPPREV essa diferença é de 26,17%, enquanto a POSTALIS possui uma diferença de -34,57%.

Para comparação ao IPREM essa mesma diferença é de 48,65%.

5. AVALIAÇÃO

O Brasil nos últimos anos vem enfrentando a pior crise de sua história, contribuindo para isso o risco de não manutenção dos regimes previdenciários, a gestão temerária, principalmente do RGPS e dos RPPS, que se aparentaram mais evidentes durante a crise. Nessa análise o resultado se mostrou coincidindo com o esperado:

A SPPREV no ano de 2013 apresentou um déficit corrente do valor de **R\$1.283.688.997,32** segundo avaliação atuarial de 2013.

O IPREM no ano de 2016 apresentou um déficit corrente no valor de **R\$ 5.797.607.042,57** segundo avaliação atuarial de 2016.

Analisando segundo a fórmula dita por Rodarte (2005) sobre a equação Euleriana de equilíbrio, o IPREM possuía em 2016 um déficit atuarial de incriveis R\$113.799.069.194,37. (Segundo Oliveira, Antônio Mário Rattes de)

Déficit atuarial é em si uma reserva matemática, já que se trata de uma dívida da instituição e não deve ser confundida com reservas técnicas, calculado da seguinte forma:

$$RM = VABF - VACF$$

- Reserva Matemática;
- Valor Atual Provável dos Benefícios Futuros;
- Valor Atual Provável das Contribuições Futuras.

A avaliação atuarial da SPPrev demonstra que o plano, apesar de ter passado por déficit corrente nos anos de 2013 e anteriores até dados obtidos de 2011, dados disponíveis em “ANEXOS A, B, C e D”, no ano de 2014 o RPPS do Estado de São Paulo passou a ser superavitário, devido a uma diminuição de cerca de R\$ 2 bilhões nessa reserva. E no ano seguinte houve a extinção das Reservas matemáticas autorizada pelo MPS, sendo esses valores passados a outras subcontas.

Trecho retirado de nota explicativa da SPPrev sobre essa manobra contábil:

“Na época (2011) foi apontado pelo Ministério que o valor referente a provisão matemática da SPPREV seria da ordem de R\$ 1.556.416.896,00 de acordo com o DRAA preenchido no site do MPS. Ocorre que, analisando a memória de cálculo, em conjunto com o atuário responsável pela elaboração do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) chegamos à conclusão diversa, qual seja, que o valor do saldo da provisão matemática deveria permanecer zerado. Dessa forma, dada a mudança de entendimento, voltamos a consultar o Ministério da Previdência Social acerca da regularidade do procedimento de contabilização da provisão matemática da São Paulo Previdência. No dia 18/02/2016 recebemos a seguinte resposta dos representantes do MPS: A Portaria MPS 509/2013 que dispõe sobre a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em seu Art. 2º destaca que: Os RPPS adotarão as contas a estes aplicáveis, especificadas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP estendido até o 7º nível de classificação, conforme a versão atualizada do Anexo III da Instrução de Procedimentos Contábeis no 00 (IPC 00) da Secretaria do Tesouro Nacional. Seguindo essa orientação, não há problemas do Saldo da conta Provisão Matemática Previdenciária estar zerada nos Demonstrativos Contábeis, já que a apresentação das subcontas suprem a necessidade de evidenciação (grifo nosso). Nesse caso, portanto, não haverá irregularização quanto ao Critério Demonstrativos Contábeis para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP se o nível das contas estiverem de forma mais analítica. Diante desta resposta procedemos o lançamento do valor de R\$ 276.896.340 na conta 22721.02.04 * (-) COMP PREVRIA DO PLANO FIN DO RPPS, zerando dessa forma a provisão matemática no exercício 2015. “

(disponível através do link: < http://www.spprev.sp.gov.br/sic_2015/Notas_Explicativas.pdf >

Acessado em : 02/09/2017, 21:48

As reservas matemáticas totais, no caso do IPREM, refletem o tamanho do déficit, esse déficit é composto pelo Patrimônio Líquido somado ao Valor

Presente dos pagamentos subtraído as reservas matemáticas de benefícios a conceder e reservas matemáticas de benefícios concedidos que compõem as reservas matemáticas totais.

Demonstrado na tabela a seguir:

Adote VP como valor presente.

Balanco Atuarial	
Reservas matemáticas totais (A + B)	R\$ 113.799.069.194,37
Reservas matemáticas de benefícios a conceder (A) = (A2 + A3 - A1 - A4)	R\$ 48.029.240.802,61
Total do VP das Contribuições Futuras (A1)	R\$ 14.741.421.361,48
VP das contribuições sobre salários	R\$ 12.133.372.564,79
VP das contribuições sobre benefícios	R\$ 2.608.048.796,69
Total do VP dos Benefícios Futuros (A2)	R\$ 75.893.640.285,55
VP das Aposentadorias	R\$ 67.316.489.515,82
VP das Pensões	R\$ 8.577.150.769,73
VP das despesas administrativas (A3)	R\$ -
VP da compensação financeira a receber (A4)	R\$ 13.122.978.121,46
Reservas Matemáticas de benefícios concedidos (B) = (B1-B2)	65.769.828.391,76
Total do VP líquido dos benefícios concedidos (atuais aposentados e pensionistas) (B1)	65.769.828.391,76
VP dos benefícios de aposentadoria	54.343.560.452,55
VP dos benefícios de pensão	14.107.195.684,16
VP das contribuições sobre benefícios (-)	2.680.927.744,95
VP da compensação financeira a receber (B2)	R\$ -
VP dos parcelamentos (C)	R\$ -
Patrimônio líquido (D)	R\$ -
Déficit atuarial (D + C - A - B)	-R\$ 113.799.069.194,37

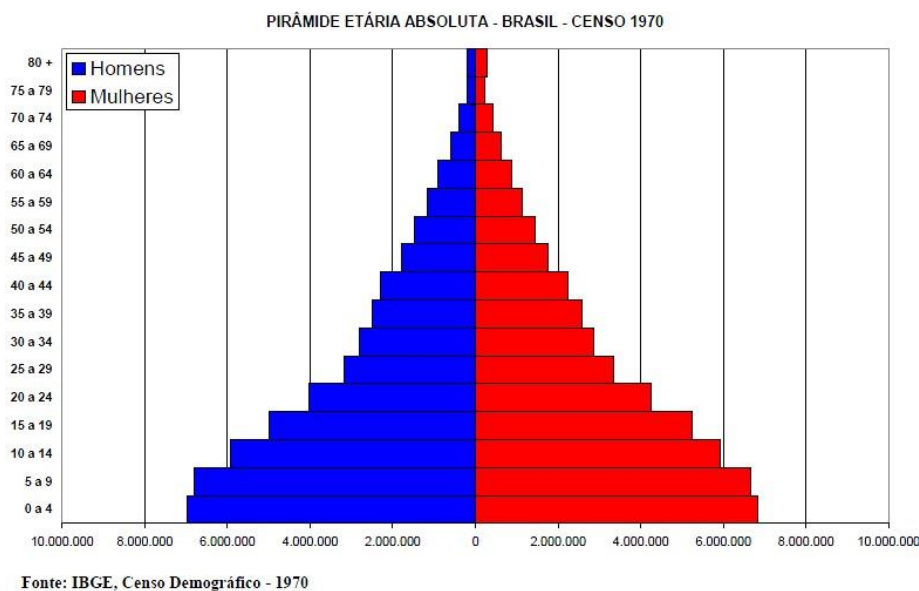
Fonte: Oliveira, Antônio Mário Rattes de ; Atuário - MIBA nº 1.162; Relatório da reavaliação atuarial instituto de previdência municipal de São Paulo. 2016

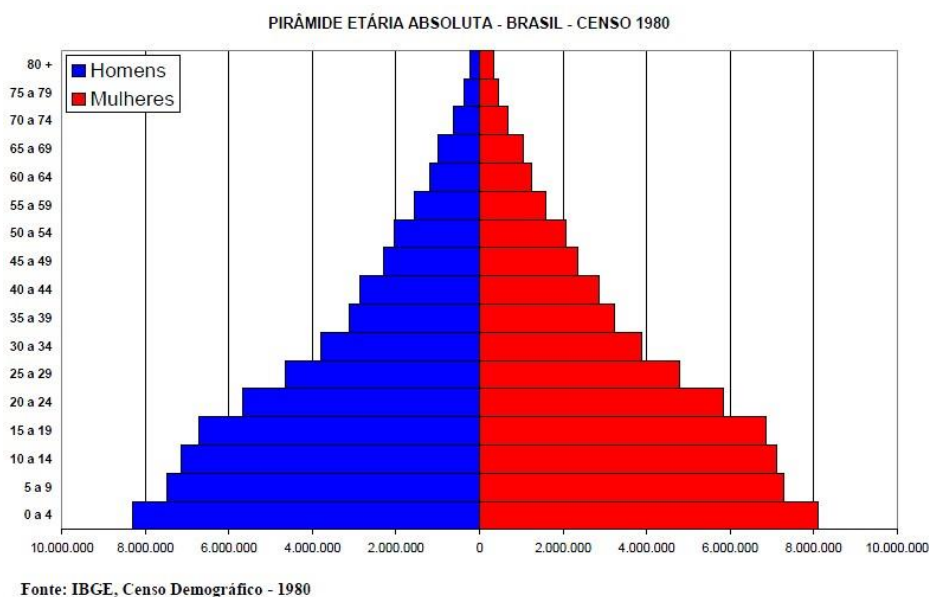
6. Problemas Brasil

Ao longo dos últimos 40 anos, ouvimos falar de um grande número de servidores públicos que se aposentaram com salário integral. Isso se espalhou, a conta começou a não bater, principalmente entre o Judiciário e por três motivos, a população cresceu, envelheceu e passou a viver mais.

Houve uma explosão populacional durante as décadas de 60 e 70 no Brasil em virtude da nossa “revolução industrial”, como outros países europeus tiveram anos antes.

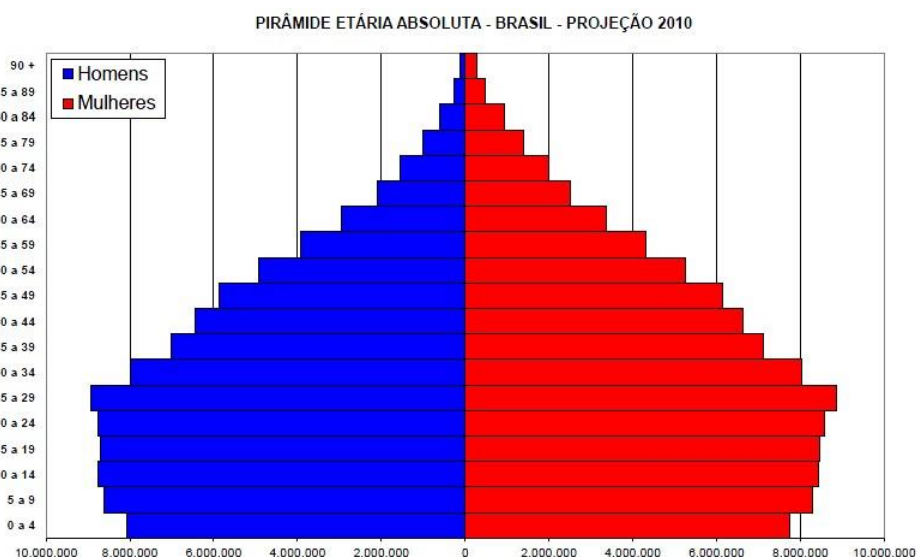
Os Censos dos anos de 1970 e 1980 demonstram o nosso crescimento populacional e a mudança no perfil da pirâmide etária.





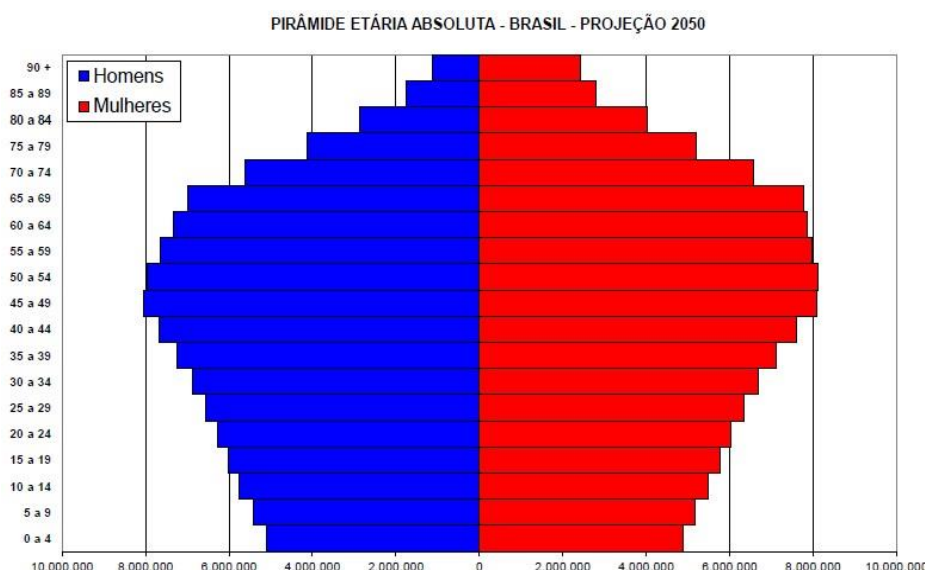
Nessa época, no Brasil, a previdência existente não tinha uma grande preocupação com o futuro devido à demografia feita na época. Após esse período, quando a explosão demográfica tornou-se evidente nos censos de 1990 e 2000, passaram a pensar em uma reforma já que o sistema previdenciário se tornaria insustentável.

No último censo de 2010, a reforma mostrou-se cada vez mais necessária, já que ela mostra o aumento da longevidade e o envelhecimento da população brasileira, acompanhada da redução da taxa de nascimento.



Frente ao envelhecimento da população brasileira, iniciou-se a discussão nos anos 2000 sobre a reforma da previdência, um assunto muito delicado, dado a natureza de seu custeio, e o tempo de serviço necessário para se obter a aposentadoria.

O sistema brasileiro é o sistema conhecido como “pay-as-you-go“, ou seja, não há a formação de reservas. Este regime de repartição simples se dá pela cobrança de contribuições das pessoas que estão em atividade para o financiamento das aposentadorias e pensões daqueles que já estão aposentados. Nossa atual dinâmica populacional, observando que existirão mais aposentados do que trabalhadores para custear a aposentadoria futuras, indica para o não pagamento de benefícios daqueles que ainda irão se aposentar.



A análise desses gráficos também permite entender o problema de aposentadorias integrais e o que acontece hoje na grande maioria dos RPPS do país. Mudanças hoje nos planos de benefícios são necessárias para garantir a aposentadoria futura.

O mesmo quadro pode ser visto no IPREM, que apresenta déficits explosivos com uma insuficiência atuarial, em relação à geração atual, de R\$113.799.069.194,37 segundo relatório atuarial feito em 2016 pelo atuário Antonio Mário Rattes de Oliveira. Em 2030, segundo essa mesma análise, o déficit corrente atingirá o seu máximo e será de R\$ 8.563.432.687,20

7. Conclusão

Com os números dos regimes então vigentes, podemos perceber que os valores são bem elevados, logo quanto mais o tempo passa os sistemas vão se tornando insustentáveis e correndo sérios riscos do não

cumprimento das devidas obrigações.

Enxergar o modelo de São Paulo e em cima dele traçar novos horizontes é o ideal, pois a cobertura atual é gigantesca e com isso novidades no regime também poderiam estar sendo adotadas por outras cidades.

A análise também nos mostra que, devido ao sistema adotado por regimes previdenciários, os mesmos não se mostram íntegros ao longo do tempo. A expansão populacional nas décadas de 1960 e 1970, combinada com a queda da fertilidade e, conseqüentemente, com o envelhecimento dessa população, começou a apresentar graves vulnerabilidades que ameaçam a sustentabilidade de nosso RGPS e dos RPPS.

Para resolver esse problema o sistema deve ser alterado, afim de respeitar e seguir o que determina a Constituição Federal de 1988. Solucionar os déficits encontrados, respeitar a meta atuarial a fim de garantir a sobrevivência do regime previdenciário, a aposentadoria e o bem-estar social.

BIBLIOGRAFIA:

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JOAQUIM, Antônio Severino. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23º ed. São Paulo: Cortez, 2007

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010

BBC, British Broadcasting Corporation News. (1942) Beveridge lays welfare foundations. In: http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/beveridge_william.shtml

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 30ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 3.

DECRETO Nº 4.682, DE 24 DE JANEIRO DE 1923.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl4682.htm

GUSHIKEN, Luiz: **Regime próprio de previdência dos servidores: como implementar? Uma visão prática e teórica**. MPAS, Coleção previdência Social, Iyer, 2002

FIGUEIREDO, Carlos Maurício. **Previdência Própria dos Municípios: gestão, desafios e perspectivas**, Os autores, 2002

RODARTE, João Roberto. **Seminário: Aspectos Atuariais em Fundos de Pensão**. Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência. São Paulo: ANCEP, 2005.

Brasil, Ministério da Previdência Social. **Reajusta benefícios da Previdência Social** – Brasília, MPS nº 822 de 11.05.2005. Disponível em :
<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/portariamps822_2005.htm > Acesso em: 20 Outubro de 2019.

_____. Ministério da Previdência Social. Demonstrativo de resultados da Avaliação Atuarial. Disponível em:<
<http://www.previdencia.gov.br/regimespropios/demonstrativos-rpps/draa-2015/> >. Acesso em: 25 outubro 2019.

Rioprevidência - Fundo único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro. Avaliação Atuarial Disponível em:<<https://www.rioprevidencia.rj.gov.br/PortalRP/index.htm#> > Acesso em: 28 Maio de 2019

Ferreira, Sergio Guimarães. **Sistemas De Previdência Em Países Industrializados: A Crise E Suas Soluções**. Disponível em <
http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq11_Cap04Sistemasprevidencia_21.pdf >. Acesso em: 23 outubro 2019.

L.G. **Why Greeks are protesting over pension reforms again**. Disponível em <
<https://www.economist.com/blogs/economist-explains/2016/02/economist-explains-12> >. Acesso em: 27 Outubro 2019.

Reporting by Holger Hansen; Writing by Madeline Chambers; Editing by Alison Williams. **Germany finalises flagship pension reform**. Disponível em <
<http://uk.reuters.com/article/uk-germany-pensions/germany-finalises-flagshippension-reform-idUKKBN0DZ16120140519> >. Acesso em: 27 Outubro 2019

Notícia publicada em 30/05/2016. **TCU vê desequilíbrios em regimes de previdência de servidores de estados, DF e municípios.** Disponível em <http://previdencia.prefeitura.sp.gov.br/tcu-ve-desequilíbrios-em-regimes-deprevidencia-de-servidores-de-estados-df-e-municipios/>. Acesso em: 4 de set. 2019.

BBC, British Broadcasting Corporation News. (1942) Beveridge lays welfare foundations. Disponível em < http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/beveridge_william.shtml > . Acesso em: 10 Outubro 2019.

Apasrj. **PARA MELHOR ENTENDER E CONHECER O QUE É DÉFICIT E INSOLVÊNCIA EM FUNDOS DE PENSÃO.** Disponível em < <http://apasrj.com.br/blog/?p=1072> >. Acesso em: 6 de Novembro de 2019

RELATÓRIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Disponível em: < <http://previdencia.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/Estudo-Atuarial2016.pdf> >. Acesso em: 12 Novembro de 2019

Conde, Newton Cezar, **Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – 2014.** Disponível em: < http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=29245&Tipo=2&acao=Imprimir >. Acessado em: 18 Outubro 2019.

IBGE, Projeção da população por sexo e idade: Brasil 2000-2060 Unidades da Federação 2000-2030. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000014425608112013563329137649.pdf> >. Visitado em: 10 Outubro de 2019

BTG Pactual, IPCA: o que é, como é calculado e sua relação com outros índices. Disponível em: <https://www.btgpactualdigital.com/blog/financas/ipca-o-que-e> .Acesso em: 25 agosto 2019

Dados Abertos, Estatística < <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/> > Acesso em: 8 de Novembro de 2019

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA FAZENDA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA, Notas explicativas < <http://www.spprev.sp.gov.br/> > Acesso em: 8 de Nov. de 2019.

História do Iprem < <http://previdencia.prefeitura.sp.gov.br/historia-do-iprem/> > Acessado em: 8 de Nov de 2019.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

<<http://www.previc.gov.br/a-previdencia-complementar-fechada/entidades-fechadasde-previdencia-complementar-1>> Acesso em 12 Ago. De 2019

Projeção da população por sexo e idade: Brasil 2000-2060, Unidades da Federação 2000-2030, Rio de Janeiro , 29 de agosto de 2019

2013.<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000014425608112013563329137649.pdf>> Acesso em: 10 de set de 2019.

Population Pyramids of the World from 1950 to

2100<<http://www.populationpyramid.net/>> Acesso em: 11 de Outubro de 2019.

Pensions at a Glance, <<http://www.oecd.org/pensions/public-pensions/>> Acesso em: 4 de set. de 2019

Pensions at a Glance 2015 *OECD and G20 indicators*

(http://dx.doi.org/10.1787/pension_glance-2015-en) <
http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migrationhealth/pensions-at-a-glance-2015_pension_glance-2015-en#page1>.

Acesso em: 4 de set. de 2019

Notícia publicada em 19/05/2014, **Germany finalises flagship pension reform** <
<http://uk.reuters.com/article/uk-germany-pensions-idUKKBN0DZ16120140519>>.

Acesso em: 9 de set. de 2019.

http://www.economist.com/blogs/charlemagne/2010/02/greeces_generous_pensions
>. Acesso em: 9 de set. de 2019

Noticia publicada em 23/02/2010: Greece's generous pensionsWhat makes Germans so very cross about Greece? *The problem is Greek pensions* <

<http://www.economist.com/blogs/economist-explains/2016/02/economist-explains-12>

> Acesso em: 4 de set. de 2019 **Bibliografia anexos:**

http://www.spprev.sp.gov.br/sic_2012/Balanco_Patrimonial.pdf >. Acessado em 19 de set. de 2019.

http://www.spprev.sp.gov.br/sic_2013/Balanco_Patrimonial.pdf >. Acessado em 19 de set. de 2019.

http://www.spprev.sp.gov.br/sic_2014/Balanco_Patrimonial.pdf >. Acessado em 19 de set. de 2019.

http://www.spprev.sp.gov.br/sic_2015/Balanco_Patrimonial.pdf >. Acessado em 19 de set. de 2019.